

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA**

**O IMPACTO DO IMPAIRMENT NO ATIVO  
IMOBILIZADO E NO ATIVO INTANGÍVEL**

Wenderson Roberto de Souza Berthon

Belo Horizonte

2011

Wenderson Roberto de Souza Berthon

## **O IMPACTO DO IMPAIRMENT NO ATIVO IMOBILIZADO E NO ATIVO INTANGÍVEL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Estratégica (Pós-Graduação Lato Sensu) do CEPEAD/CAD/FACE da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Especialista em Finanças.

Orientador: Luiz Alberto Bertucci

Belo Horizonte

2011

Ficha catalográfica

B542i  
2011 Berthon. Wenderson Roberto de Souza.  
Impacto do impairment no ativo imobilizado e no ativo  
intangível [manuscrito] / Wenderson Roberto de Souza Berthon . –  
2011.  
46 fl.

Orientadora: Luiz Alberto Bertucci.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas  
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia.

1. Administração. I. Bertucci, Luiz Alberto. II. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas  
em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527  
Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS/112/2023



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**  
**Curso de Especialização e Gestão Estratégica**

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do(a) Senhor(a) **Wenderson Roberto de Souza Berthon**, REGISTRO Nº **2010703639**. No dia 24/08/2011, às 19:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização e Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**O IMPACTO DO IMPAIRMENT DO ATIVO IMOBILIZADO E NO ATIVO INTANGÍVEL**", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o orientador e Presidente da Comissão, Professor Luiz Alberto Bertucci, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

APROVADO

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (PRAZO MÁXIMO de 60 SESSENTA DIAS)

( ) NÃO APROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo orientador e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 24/08/2011.

Prof. Luiz Alberto Bertucci  
(Orientador)

Prof. Rubens Augusto de Miranda

## DEDICATÓRIA

*A Deus pela sabedoria concebida,  
aos meus pais e minha namorada,  
pelo incentivo, carinho e amor,  
aos amigos pelo esforço em  
conjunto nessa etapa.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço á Deus por todo esse tempo ter me fortalecido e pela oportunidade concedida. Á Deus toda honra e louvor.

A família pelo carinho e motivação, quero agradecer-lhes; mãe, pai, avós, tio e irmãos pela paciência que tiveram em momentos de stresses causados por muito estudo e pela educação recebida que me tornou um grande homem.

A minha namorada por ter me entendido nesse período de curso e pela atenção e pelo apoio e carinho.

Aos amigos de infância que acreditaram na minha luta e que estão seguindo o meu exemplo, um futuro melhor depende de nós.

Aos professores que contribuíram com o aprendizado e ao orientador que me ajudou a desenvolver esse trabalho com qualidade e técnica.

Muitas dificuldades foram superadas, um longo trajeto percorrido ao encontro de uma esperança melhor de vida; o momento é esse; a curso terminou, novos amigos e colegas entraram no caminho, agradeço á todos pelo apoio e incentivo no objetivo fim.

## RESUMO

A avaliação dos bens imobilizados e intangíveis é crucial para a informação de seus acionistas que necessitam saber se aquele montante demonstrado nas demonstrações financeiras é decorrente de imobilizados que vão gerar fluxos de caixa futuros para a organização, ou seja, vão gerar riqueza para os acionistas. O presente trabalho traduziu-se em estudo bibliográfico e verificação do procedimento nas empresas nacionais. Por ser uma ferramenta que está sendo obrigada a partir do ciclo operacional da empresa em 2010, muitas empresas nacionais estão encontrando dificuldades em se adequar as normas Internacionais de contabilidade. O *impairment* permite avaliar com base na vida útil a situação dos bens tangíveis e bens intangíveis, demonstrando com transparência a posição dos ativos para os acionistas e demais *stakeholders*. O teste de *impairment* demanda de informações importantes para que seja tomada os devidos procedimentos e portanto sendo reconhecida a sua perda ou até possível reversão da perda por *impairment*.

**Palavras chaves:** Bens, *impairment* e vida útil.

## ABSTRACT

The evaluation of fixed and intangible assets is crucial for informing your shareholders who need to know whether that amount shown in the financial statements is arising from fixed assets that will generate future cash flows for the organization, that is, will generate wealth for shareholders. The present work was translated into a bibliographical and verification of the procedure in national companies. Because it is a tool that is being required from the operational cycle of the company in 2010, many national companies are encountering difficulties in adapting to international accounting standards. O impairment makes it possible to assess the situation of tangible assets and assets based on their useful lives intangible assets, transparently demonstrating the position of assets for shareholders and other stakeholder. The impairment test requires important information to be taken the due procedures and therefore being recognized its loss or even possible reversal of the impairment loss.

**Keywords:** Goods, impairment and useful life.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Plano de Contas Referencial Imobilizado.....	13
TABELA 2 -	Plano de Contas Referencial Intangível.....	13
TABELA 3 -	Taxa Depreciação .....	15
TABELA 4 -	Tabela de Coeficiente .....	15
TABELA 5 -	Evolução do Bem 1.....	16
TABELA 6 -	Evolução do Bem 2.....	18
TABELA 7 -	Contabilização.....	23
TABELA 8 -	Posição do Ativo .....	23
TABELA 9 -	Critério Utilizado.....	24
TABELA 10 -	Reversão Perda por Desvalorização.....	24
TABELA 11 -	Posição Final do Bem.....	24
TABELA 12 -	Taxa de Desconto.....	27
TABELA 13 -	Teste do Valor Recuperável Uso no Proc. Produtivo.....	29
TABELA 14 -	Cáculo Valor em Uso.....	30

## **LISTA DE SIGLAS**

BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo)

CFC – Conselho Regional de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

*IAS – International Accounting Standards* (conjunto de normas internacionais de contabilidade)

# SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 – JUSTIFICATIVA .....	10
1.2 – OBJETIVOS .....	10
1.3 – PROBLEMÁTICA .....	10
<b>2 – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>12</b>
2.1 – ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL .....	12
2.1.1 – <i>Plano de Contas</i> .....	12
2.1.2 – <i>Depreciação/ Amortização das Contas</i> .....	14
2.2 – <i>IMPAIRMENT</i> .....	15
2.2.1 – <i>Teste de Impairment</i> .....	17
2.2.2 – <i>Mensuração do Valor Recuperável</i> .....	19
2.2.3 – <i>Redução ao Valor Recuperável de Ativos</i> .....	20
2.2.3.1 – <i>Identificação de um Bem Desvalorizado</i> .....	21
2.2.4 – <i>Contabilização da Perda por Impairment</i> .....	23
2.2.5 – <i>Contabilização da Reversão de Perda por Impairment</i> .....	23
2.2.6 – <i>Fluxos de Caixa Futuros</i> .....	25
2.2.7 – <i>Taxa de Desconto</i> .....	26
2.3 – <i>FAIR VALUE (VALOR JUSTO)</i> .....	27
2.3.1 – <i>Comparação Valor Justo e o Teste de Impairment</i> .....	28
2.4 – VALOR EM USO .....	28
2.5 – REFLEXO DO <i>IMPAIRMENT</i> NA APURAÇÃO DE IMPOSTO.....	30
2.5.1 – <i>Simples Nacional</i> .....	31
2.5.2 – <i>Lucro Presumido</i> .....	31
2.5.3 – <i>Lucro Real</i> .....	31
2.6 – DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....	32
<b>3 - METODOLOGIA</b> .....	<b>33</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	33
3.2 - COLETA DE DADOS.....	34
3.3 - INSTRUMENTOS DE PESQUISA .....	34
3.4 - ANÁLISE DE DADOS.....	34
<b>4 - ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>36</b>
4.1 - TESTE DE IMPAIRMENT .....	36
4.2 - RECEPÇÃO EXTERNA DA INFORMAÇÃO .....	36
<b>5 – CONCLUSÃO</b> .....	<b>38</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b> .....	<b>39</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>40</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil a contabilidade vem sofrendo grandes mudanças na sua escrituração contábil. Com a harmonização das normas contábeis o governo vem pressionando as organizações para que as informações geradas sejam utilizadas por qualquer pessoa e em diversas regiões.

No Brasil a contabilidade começa a ser vista de uma forma melhor, com mais respeito e seriedade por aqueles que geram as informações para seus investidores e para o Governo.

A lei 11.638/07 veio para revolucionar a contabilidade no Brasil com alterações na lei 6.404/76, todas as organizações devem enquadrar suas operações e registro conforme a nova lei. A mesma tem por objetivo igualar as técnicas contábeis do exterior com as normas contábeis do país.

Uma das mudanças ocorreu no Ativo Imobilizado, especificamente com o teste de *impairment*, que significa deterioração e tecnicamente Redução do Valor Recuperável de um Bem Ativo.

O ativo imobilizado é de permanência duradoura, destinados ao funcionamento da organização e tem por natureza gerar benefícios para a organização, já que a operação da mesma é decorrente dos trabalhos exercidos pelo imobilizado.

Os imobilizados tem sua vida útil pré-determinada fiscalmente, cuja sua depreciação vai sendo reconhecida mensalmente no balanço.

A lei 6.404/76 determina que a organização realize uma análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, para saber qual a funcionalidade do bem no presente e futuramente.

O teste de *impairment* se caracteriza em avaliar o grau de recuperabilidade de seus ativos periodicamente, para verificar se existe(m) ativo(s) no balanço que não possam gerar fluxos de caixa futuros que recuperem o seu valor e que não dêem indícios de recuperabilidade.

Com esse teste é possível contabilizar as perdas por desvalorização do bem e a possível mensuração do valor recuperável.

As empresas passam a ter de ajustar suas informações contábeis com base nessa nova abordagem no ativo imobilizado especialmente para o teste de *impairment*, gerando informações mais confiáveis aos investidores e clientes externos e contabilmente sua estrutura e registro ficam próximas as normas internacionais.

## 1.1 – JUSTIFICATIVA

As normas internacionais de contabilidade *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, está revolucionando os métodos contábeis brasileiros, uma maneira de demonstrar suas informações com transparência aos usuários.

O teste de *Impairment* é uma ferramenta bastante utilizada pelas empresas no exterior e no Brasil não foi adotada totalmente pelas empresas, por ser uma ferramenta ainda complexa no seu entendimento.

A pesquisa demonstrará a maneira de se usar a ferramenta e como a mesma influência nas operações da empresa, conseqüentemente nas informações geradas para seus acionistas, governo, fornecedores, clientes, gestores, etc.

## 1.2 – OBJETIVOS

Demonstrar o impacto do teste de *impairment* no resultado operacional da organização e a visão dos sócios perante tal exigência estabelecida pela a contabilidade brasileira.

## 1.3 – PROBLEMÁTICA

As empresas brasileiras ainda não se adequaram à algumas normas internacionais de contabilidade, inclusive, a que é estudo desse projeto. O *impairment* é um tema “desconhecido” para as empresas nacionais, o que traz uma dificuldade em está atendendo as exigências estabelecidas na lei 11.638/07.

Em meio tantas mudanças, surgem questionamentos sobre tais alterações nas normas contábeis:

O teste de *Impairment* no imobilizado revela a real situação dos ativos na organização?

Fiscalmente o teste de *Impairment* no imobilizado é favorável para a organização se tratando de imposto?

A confiança dos clientes externos em relação às informações apresentadas pela empresa com base na ferramenta teste de *Impairment* aumentou?

## 2 – Referencial Teórico

O Comitê de Pronunciamento Contábeis trata em seu CPC 01, a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O teste de *impairment* é um instrumento bastante eficaz em se tratando em avaliar a recuperabilidade dos ativos, o que demonstra a vida útil real dos ativos imobilizados ou valor real dos bens tangíveis e intangíveis.

### 2.1 – ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL

O imobilizado e o ativo intangível são peças importantes dentro de uma organização, pois a partir deles a organização conseguirá gerar receitas provenientes dos trabalhos exercidos pelos bens corpóreos e bens incorpóreos.

A lei nº 6.404/76, mediante seu art. 179, item IV, conceitua a finalidade do imobilizado:

*Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.*

O ativo intangível é tratado da mesma forma que o imobilizado pela lei nº 6.404/76, em seu art. 179, item VI, diferenciando de bens corpóreos e bens incorpóreos:

*Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.*

A depreciação e amortização dos bens é uma forma de contabilizar a redução da capacidade de produção dos mesmos ou de seu valor em relação ao mercado.

#### 2.1.1 – Plano de Contas

O plano de contas de uma empresa espelha as operações financeiras e econômicas de uma organização durante um período.

No caso do imobilizado demonstra a situação dos bens provenientes de receitas para a instituição, ou seja, bens capazes gerar resultado no objetivo fim da empresa em vender suas mercadorias ou serviços.

Segue modelo sugerido pela Receita Federal do Brasil:

### **IMOBILIZADO**

1.07.04	IMOBILIZADO	S
1.07.04.01.00	Terrenos	A
1.07.04.02.00	Edifícios e Construções	A
1.07.04.02.01	Construções em Andamento	A
1.07.04.03.00	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	A
1.07.04.04.00	Veículos	A
1.07.04.04.01	Embarcações	A
1.07.04.04.02	Aeronaves	A
1.07.04.05.00	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	A
1.07.04.06.00	Recursos Minerais	A
1.07.04.07.00	Florestamento e Reflorestamento	A
1.07.04.08.00	Direitos Contratuais de Exploração de Florestas	A
1.07.04.09.00	Outras Imobilizações	A
1.07.04.10.00	Correção Monetária - Diferença IPC/BTNF (Lei nº 8.200/1991)	A
1.07.04.11.00	Correção Monetária Especial (Lei nº 8.200/1991)	A
1.07.04.12.00	(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	A
1.07.04.90.00	(-) Outras Contas Redutoras do Imobilizado	A

Tabela 1 - Plano de Contas Referencial (parte) – Receita Federal (site)

### **INTANGÍVEL**

1.07.05	INTANGÍVEL	S
1.07.05.01.00	Concessões	A
1.07.05.03.00	Marcas e Patentes	A
1.07.05.05.00	Direitos Autorais	A
1.07.05.07.00	Fundo de Comércio	A
1.07.05.09.00	Software ou Programas de Computador	A
1.07.05.11.00	Franquias	A
1.07.05.13.00	Desenvolvimento de Produtos	A
1.07.05.15.00	Outras	A
1.07.05.90.00	(-) Amortização do Intangível	A
1.07.05.97.00	(-) Outras Contas Redutoras do Intangível	A

Tabela 2 - Plano de Contas Referencial (parte) – Receita Federal (site)

## 2.1.2 – Depreciação/ Amortização das Contas

A depreciação/ amortização das contas de ativo imobilizado e do ativo intangível é uma maneira fiscal de apresentar a redução da vida útil de um bem ativo colocado á disposição da empresa e que esteja em funcionalidade.

O CPC 27, item nº 55 relata que: “A depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração”. (...)

E ainda no seu item nº 57 menciona sobre a sua vida útil:

*A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar a alienação de ativos após um período determinado ou após o consumo de uma proporção específica de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes. (CPC nº 27, 2009, pag. 14)*

Mendes (2010, p. 24), “a depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

*O valor depreciável (amortizável ou exaurível) de um ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o custo pelo qual está reconhecido deduzido do valor residual. Esse valor depreciável deve ser apropriado ao resultado do período ou ao valor contábil de outro ativo de forma sistemática ao longo da vida útil estimada para o ativo. (Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos, 2010, p. 250)*

O fisco disponibiliza no site da Secretaria da Receita Federal a tabela de taxa anual considerado pelo órgão, como segue:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Edifícios	4%	25
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Sistema de proc. dados	20%	5

Tabela 3: Taxa Depreciação (Site Receita Federal)

Essa taxa de depreciação é considerada para um turno de 8 horas, caso a instituição trabalhe em mais turnos com o mesmo imobilizado, a receita federal autoriza utilizar um coeficiente de aceleração, demonstrado na tabela a seguir.

	Coeficiente
Um turno de 8 horas	1,0
Dois turnos de 8 horas	1,5
Três turnos de 8 horas	2,0

Tabela 4: Tabela Coeficiente (Site Receita Federal)

## 2.2 - *IMPAIRMENT*

*O impairment* em sua tradução para a língua portuguesa significa deterioração. No meio técnico trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo.

Essa abordagem não nasceu na década de 2000, existem relatos antigos fazendo jus ao teste de *impairment*.

*A Lei nº 6.404/76 faz referência quanto a análise de recuperabilidade do valor apenas aos ativos registrados no imobilizado e no intangível, porque já se referia, desde 1976, aos dos recebíveis, dos estoques, dos investimentos e até do desaparecido ativo diferido. (Iudicibus, Martins, Gelbcke e Santos, 2010, p. 236)*

Segundo o CPC 01, o tema Redução ao Valor Recuperável de Ativos, tem por finalidade assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo, por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda.

Mendes (2010):

*Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil do exercício excede o seu valor recuperável (valor líquido de venda ou valor em uso – valor presente). Com isso, nasce a obrigação de reconhecer, no resultado do exercício, a sua desvalorização.*

Para melhor entendermos, segue a tabela abaixo.

Item	Ativo	R\$
1	Custo de Aquisição do Bem	100.000
2	(-) Depreciação Acumulada	20.000
3	(=) Valor Contábil	80.000
4	Valor em Uso	60.000
5	Valor Justo Líquido de Despesa de Venda	50.000
6	Valor Recuperável (itens 4 ou 5, dos dois o maior)	60.000
7	Há indício de <i>Impairment</i> ?	Sim
8	Perda de <i>Impairment</i> (item 3 – item 6)	20.000

Tabela 5: Evolução do Bem 1- Mendes (2010, pag. 18)

### 2.2.1 – Teste de *Impairment*

O teste de *impairment* consiste na comparação entre o valor contábil do ativo e o seu valor justo. Se o valor contábil excede o valor justo, uma perda por *impairment* será reconhecida, no valor do excesso. Como demonstrado na tabela 1.

*A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo imobilizado no resultado do período apenas se o valor contábil desse imobilizado for superior ao seu valor recuperável.(...) (Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos, 2010, p. 237)*

Mendes:

*Quando o valor de realização do ativo apresentar-se maior que o seu valor contábil, não será necessário nenhum registro. Contudo, se o valor realizável do ativo mostrar-se menor que o valor contábil, a empresa deverá efetuar o ajuste, debitando-se a conta de despesa para perda com desvalorização de ativos e creditando-se uma conta redutora do ativo, por exemplo: “perda com desvalorização de ativo”. (Mendes, 2010, p. 28)*

A empresa deverá avaliar seus ativos por meio do teste de *Impairment* no mínimo uma vez no ano quando assim elabora suas demonstrações contábeis/financeiras anuais.

Mendes (2010, p. 19): “As empresas devem verificar, no mínimo ao final de cada exercício social, se há algum sinal de desvalorização”.

*Portanto, periodicamente as entidades devem avaliar a recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, o que na prática implica que o valor contábil desses ativos seja limitado a seu valor econômico. (...) (Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos, 2010, p. 236)*

E caso a avaliação do *impairment* do ativo do ano anterior se reverta na avaliação do ano presente, a empresa deverá mensurar o valor recuperável. Como demonstrado na tabela 2.

Item	Ativo	A	B
1	Custo de Aquisição do Bem	100.000	100.000
2	(-) Depreciação Acumulada	20.000	20.000
3	(=) Valor Contábil	80.000	80.000
4	Valor em Uso	60.000	95.000
5	Valor Justo Líquido de Despesa de Venda	50.000	85.000
6	Valor Recuperável (itens 4 ou 5, dos dois o maior)	60.000	95.000
7	Há indício de <i>Impairment</i> ?	Sim	Não
8	Perda de <i>Impairment</i> (item 3 – item 6)	20.000	

Tabela 6: Evolução do Bem 2 - Mendes (2010, pag. 34)

No item 19 da resolução CFC n 1.292/2010, o teste de recuperabilidade dos ativos na empresa deve seguir as seguintes etapas:

1. *Determinar o valor contábil líquido do bem. O valor contábil líquido de um bem é determinado pelo custo histórico diminuído de depreciação/amortização ou exaustão acumulada e de ajuste para perdas.*
2. *Determinar o valor recuperável do bem: O valor recuperável de um bem pode ser determinado de duas formas:*
  - a) *Pelo valor justo líquido de despesa de venda: É o valor justo de venda (valor acertado) diminuído dos custos da transação (despesas de cartório, de transporte, de montagem ou desmontagem, etc.)*
  - b) *Pelo valor líquido de uso: O valor líquido de uso é determinado pelo valor presente de fluxo de caixa que será gerado pelo uso do bem nas atividades ou na produção. Deve ser feita uma prospecção futura de receitas e deduzir os custos relacionados às receitas que serão geradas.*
3. *Comparações entre o valor contábil e o valor recuperável: Utiliza-se o teste de recuperabilidade comparando-se o valor contábil do bem e o seu valor recuperável.*

*Quando valor de realização do ativo apresentar-se maior que o seu valor contábil, não será necessário nenhum registro. Contudo, se o valor realizável do ativo mostrar-se menor que o valor contábil, a empresa deverá efetuar o ajuste, debitando-se a conta de despesa para perda com desvalorização de ativos e creditando-se uma conta redutora do ativo, por exemplo: “perda com desvalorização de ativo”.*

## 2.2.2 – Mensuração do Valor Recuperável

Com base no estudo do impairment dos bens imobilizados e dos bens intangíveis é possível mensurar o seu valor recuperável ou a perda propriamente dita.

(Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos, 2010, p. 236) “O valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior valor entre: (i) o valor líquido de venda do ativo; e (ii) o valor em uso desse ativo”.

Segundo Mendes:

*(...) nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesa de venda de um ativo e o seu valor em uso. Se qualquer desses valores exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. (Mendes, 2010, p. 35)*

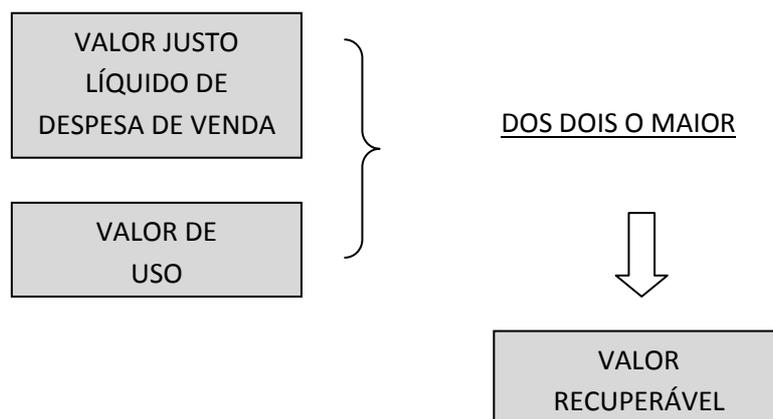


Imagem 1: Valor Recuperável – Mendes (2010, p. 36)

O valor mensurável de um ativo é determinado pelo seu de venda líquido e o seu valor em uso.

Conforme o CPC 01, item 18 define, “(...) valor recuperável como o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso”.

Para o Ativo Intangível, o CPC 01 trata no item 24:

*(...) que um ativo intangível com vida útil indefinida seja no mínimo testado anualmente com relação à redução ao valor recuperável, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável, independentemente de haver, ou não, alguma indicação de que possa existir redução ao valor recuperável.*

### 2.2.3 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Esse tema é ainda pouco trabalhado por empresas no país. Avaliar o ativo ao seu valor justo em que sua finalidade de gerar receita esteja próxima da vida útil estimada ou seu valor reconhecido pelo mercado (no caso de ativos intangíveis), no qual encontrará a parcela não recuperável do bem que pode estar totalmente sucateado.

O CPC 01, no item 15 trata esse tema da seguinte forma:

*Se houver uma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados, mesmo que os cálculos posteriormente indiquem não ser necessário reconhecer uma desvalorização para o ativo.*

Para melhor clareza a norma traz algumas definições, tais como:

- *Valor em uso: é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.*
- *Valor líquido de venda: é o valor a ser obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.*
- *Despesas de venda ou de baixa: são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.*
- *Perda por desvalorização: é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.*
- *Valor contábil: é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas.*
- *Depreciação, amortização e exaustão: é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.*

- *Valor depreciável, amortizável e exaurível: é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.*
- *Valor residual: é o valor estimado que uma entidade obteria pela venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.*
- *Vida útil: é período de tempo no qual a entidade espera usar um ativo, ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo. (Item 6, p. 5-7, CPC 01)*

### 2.2.3.1 – Identificação de um Bem Desvalorizado

Como dito anteriormente, a empresa deve avaliar/testar a capacidade real de seus ativos identificando a situação do bem para desenvolvimento de receitas para a organização.

O CPC 01 diz que, é possível encontrar a desvalorização do bem a partir de encontro de contas, ou seja, quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

Em relatórios internos é possível encontrar indícios de queda de produção da máquina, em ordens de manutenção da máquina, quantidade produzida em relação a outras de mesmo modelo, dentre outras.

A resolução CFC nº 1.292/2010, relata que:

*Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:*

*Fontes externas de informação:*

- Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;*
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para qual o ativo é utilizado;*
- As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;*
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;*

*Fontes internas de informação:*

- (e) *Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;*
- (f) *Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;*
- (g) *Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;*

*Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada*

- (h) *Para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:*
- (i) *O valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou*
- (j) *O dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado. (Item 12 da Resolução CFC n° 1.292/2010)*

O item 13 do CFC reforça que não somente essas informações podem caracterizar a identificação desvalorização do bem.

É possível identificar nos relatórios internos a existência de:

- (a) *Fluxos de caixa para adquirir o ativo ou necessidades de caixa subsequentes para operar ou mantê-lo, que sejam significativamente mais elevadas do que originalmente orçadas;*
- (b) *Fluxos de caixa líquidos realizados ou lucros ou prejuízos operacionais gerados pelo ativo, que são significativamente piores do que aqueles orçados;*
- (c) *Queda significativa nos fluxos de caixa líquidos orçados ou no lucro operacional, ou aumento significativo no prejuízo orçado, gerados pelo ativo; ou*
- (d) *Prejuízos operacionais ou saídas de caixa líquidas advindos do ativo, quando os números do período Atual são agregados com números orçados para o futuro. (Item 14 da Resolução CFC n° 1.292/2010)*

#### 2.2.4 – Contabilização da Perda por *Impairment*

A realização do teste de *impairment* identifica a desvalorização de um bem quando houver e assim é definido que essa desvalorização deve ser lançada no resultado.

Segundo Iudícibus, et al (2010, p. 237) “A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo imobilizado no resultado do período apenas se o valor contábil desse imobilizado for superior ao seu valor recuperável”.

Segundo Mendes a contabilização seria conforme tabela abaixo:

Contas Contábeis	Débito	Crédito
Despesa com Perdas por Desvalorização da Máquina (Conta Resultado)	\$ 18.485	
Perdas por Desvalorização da Máquina (Conta Redutora do Imobilizado)		\$ 18.485

Tabela 7: Contabilização (Mendes, 2010, p. 47)

Mendes ainda demonstra como seria a posição do ativo, na tabela a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	R\$
Máquina	250.000
(-) Depreciação Acumulada	50.000
(-) Perda por Desvalorização	18.845
(=) Valor Contábil	\$ 181.515

Tabela 8: Posição do Ativo (Mendes, 2010, p. 47)

#### 2.2.5 – Contabilização da Reversão de Perda por *Impairment*

A instituição também pode reverter a perda por desvalorização avaliada no exercício anterior caso o que foi identificado não reflita a situação real do bem.

Segundo Iudícibus, et al (2010, p. 239) “A reversão da perda deve ser reconhecida no resultado do período”(…).

Conforme Mendes:

*Em caso positivo, a provisão constituída deve ser revertida total ou parcialmente a crédito do resultado do período, desde que anteriormente a ele debitada; nos casos em que tenha sido debitada a reserva de reavaliação, esta deverá ser recomposta. Não se aplica a reversão no caso de perda no ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). (Mendes, 2010, p. 48)*

Mendes demonstra como seria o cálculo do valor recuperável da máquina na tabela abaixo:

<b>Critério Utilizado</b>	<b>R\$</b>
Valor de uso	190.000
Valor justo líquido de despesa de venda	175.000
Observação: Dos dois cálculos apurados, utilizar o MAIOR valor como recuperável. Neste caso, o valor será de \$ 190.000,00.	

Tabela 9: Critério Utilizado (Mendes, 2010, p. 49)

Abaixo segue a contabilização da reversão da Perda por Desvalorização:

<b>Contas Contábeis</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
Reversão da perda por Desvalorização da Máquina (Conta Redutora do Imobilizado)	\$ 18.485	
Despesa com perda por Desvalorização da Máquina (Conta de Resultado)		\$ 18.485

Tabela 10: Reversão Perda por Desvalorização (Mendes, 2010, p. 49)

A situação nova bem se dá a seguir:

<b>Ativo Não Circulante</b>	
<b>Imobilizado</b>	<b>R\$</b>
Máquina	250.000
(-) Depreciação Acumulada	65.000
(-) Perda por Desvalorização	0,00
(=) Valor Contábil	185.000

Tabela 11: Posição Final do Bem

## 2.2.6 – Fluxos de Caixa Futuros

A organização deve avaliar seus ativos conforme a suas expectativas futuras sobre àquele bem.

O CPC 01 relata que a empresa deve se basear:

- (a) basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo; peso maior deve ser dado às evidências externas;*
- (b) basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, que, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo; as projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo; e*
- (c) estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subseqüentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada; essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada. (Item 31, CPC 01)*

A partir das expectativas que se tem sobre o bem e de seus fluxos de caixa futuros, a empresa deve avaliar se no presente com a taxa de desconto definida pela administração, o bem realmente trará resultados satisfatórios para organização e sempre considerando as eventuais situações a seguir:

*As estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preço devido à inflação geral. Portanto, se a taxa de desconto incluir o efeito dos aumentos de preço devido à inflação geral, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos nominais. Se a taxa de desconto excluir o efeito de aumentos de preço devido à inflação geral, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos reais, porém devem incluir aumentos ou futuras reduções de preços específicos. (Item 38, CPC 01)*

### 2.2.7 – Taxa de Desconto

A escolha da taxa de desconto é um dos pontos mais difíceis em qualquer prática de ajuste a valor presente.

O CPC 01 determina o uso da taxa de acordo com as seguintes determinações:

*A taxa (ou as taxas) de desconto deve(m) ser a taxa (ou as taxas) antes dos impostos, que reflita(m) as avaliações atuais de mercado:*

*(a) do valor da moeda no tempo; e*

*(b) dos riscos específicos do ativo para os quais as futuras estimativas de fluxos de caixa não foram ajustadas. (item 53, CPC 01)*

Ainda o CPC 01, explica em quais situações pode-se encontrar a taxa de desconto.

*Uma taxa que reflita avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo é o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. Essa taxa é estimada a partir de taxas implícitas em transações de mercado atuais para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de uma companhia aberta que tenha um ativo único, ou uma carteira de ativos semelhantes em termos de potencial de serviço e de riscos do ativo sob revisão. Entretanto, se os fluxos estiverem em moeda de poder aquisitivo constante, ou ajustados por determinados riscos, a(s) taxa(s) de desconto utilizada(s) para mensurar o valor de um ativo em uso não deve(m) refletir a inflação projetada e os riscos para os quais as futuras estimativas de fluxos de caixa já tiverem sido ajustadas. Caso contrário, o efeito de algumas premissas será levado em consideração em duplicidade. (Item 54, CPC 01)*

Podemos visualizar melhor no exemplo prático dos autores, Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos.

Custo Inicial do Bem = R\$ 200.000

Depreciação Acumulada = R\$ 50.000

Valor Contábil do Bem = R\$ 150.000 (31-12-2x08)

Taxa de desconto = 15% a.a.

Vida útil = 5 anos

Valor de venda estimado = R\$ 130.000

Despesa alocação do bem a venda = R\$ 13.500

Valor líquido para venda = R\$ 116.500

Fluxo de caixa estimado conforme estudo técnico = Demonstrado tabela abaixo.

<b>Período</b>	<b>Fluxos de caixa estimado (nominal)</b>	<b>Valor presente do Fluxos estimados</b>
2X09	R\$ 50.700	R\$ 44.087
2X10	R\$ 42.400	R\$ 32.060
2X11	R\$ 35.000	R\$ 23.013
2X12	R\$ 28.300	R\$ 16.181
2X13	R\$ 23.000	R\$ 11.435
Total	R\$ 179.400	R\$ 126.776

Tabela 12: Taxa de desconto (Iudícibus, et. al., 2010, p. 240)

Os autores, com base nas informações concluíram que:

*A partir dessas informações, a companhia ABC concluiu que o valor recuperável do imobilizado sob análise é R\$ 126.776 (valor em uso), por este ser maior que o valor líquido de venda (R\$ 116.500). ao comparar o valor líquido do imobilizado (R\$ 150.000) com seu valor recuperável (R\$ 126.776), a companhia constatou que deve reconhecer uma perda por desvalorização , reduzindo o valor contábil do ativo em R\$ 23.224, de forma a refletir o montante recuperável. (Iudícibus, et. al., 2010, p. 240)*

### 2.3 – FAIR VALUE (VALOR JUSTO)

Uma variável muito importante para realizar o teste de impairment é o valor justo, mas encontramos dificuldades em encontrar a melhor ferramenta.

Segundo Lisboa e Scherer (2000, p.68), “um valor justo para determinada transação. Entretanto, a noção do que é justo envolve juízo de valores, de tal forma que, o que é justo para determinadas pessoas pode não ser para outras”.

*Valor justo (fair value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. (Mendes, 2010, p. 99)*

### 2.3.1 – Comparação Valor Justo e o Teste de *Impairment*

Podemos observar que cada um tem a sua importância na avaliação do bem imobilizado ou bem intangível. A figura abaixo demonstra com mais clareza a funcionalidade das duas ferramentas.

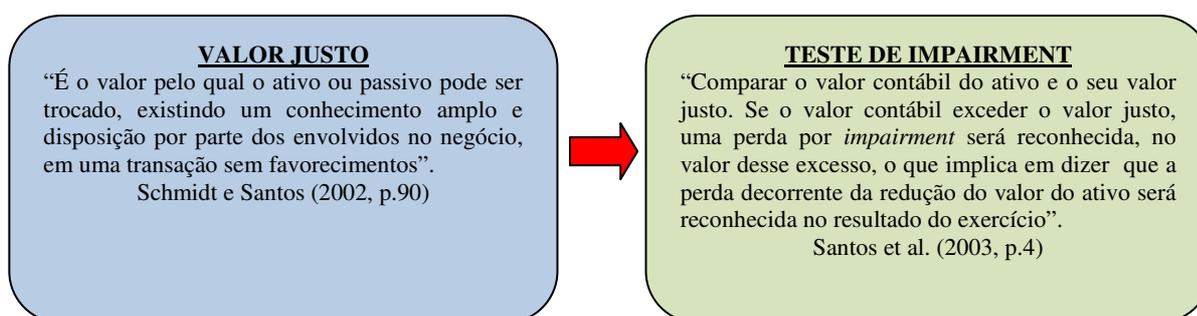


Figura 1: Desenvolvida pelo autor do trabalho.

## 2.4 – VALOR EM USO

O valor de uso de um bem é determinado pela capacidade do mesmo em gerar fluxos de caixa futuros, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

Segundo Mendes, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

- a) *futuras entradas ou saídas de caixa previstas para uma futura reestruturação com a qual a entidade ainda não esteja formalmente compromissada, ou melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo; e*
- b) *entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades financeiras ou os recebimentos ou pagamentos de impostos sobre a renda.*

A taxa de desconto é uma maneira de avaliar o bem estimado em fluxos de caixa futuros, trazido a valor presente.

Mendes (2010) relata que se não haver taxa de desconto disponível no mercado, a empresa poderá estimar a taxa de desconto considerando o valor temporal do dinheiro para os períodos até o fim da vida útil do ativo e os riscos de fluxos de caixa futuros não espelhe em termos de valores e período das estimativas.

Poderá considerar as seguintes taxas:

- a) o custo médio ponderado de capital da entidade determinado pelo uso de técnicas específicas, tal como o *Capital Asset Pricing Model*; e
- b) a taxa de empréstimos obtidos pela entidade. (Mendes, 2010, p. 41)

Ano	Entrada de Caixa (1)	Saída de Caixa (2)	Entradas Líquidas de Caixa (3) (1-2)	Valor em Uso (Valor Presente)
1	100.000	20.000	80.000	64.000
2	90.000	18.000	72.000	46.080
3	80.000	16.000	64.000	32.768
4	70.000	14.000	56.000	22.938
5	60.000	12.000	48.000	15.729
Total	400.000	80.000	320.000	181.515

Tabela 13: Teste do Valor Recuperável Uso no Proc. Produtivo (Mendes, 2010, p. 41)

Na tabela abaixo será demonstrado como calcular o valor em uso de um bem.

Ano	Entrada Líquida de Caixa (1)	Cálculo na HP-12C	Fórmula do Valor Presente	Valor Presente das Entradas Líquidas de Caixa
1	80.000	G 8 F REG 80.000CHS FV 25i 1n PV	$\frac{80.000}{(1+0,25)^1}$	64.000
2	72.000	G 8 F REG 72.000CHS FV 25i 2n PV	$\frac{72.000}{(1+0,25)^2}$	46.080

3	64.000	G 8 F REG 64.000CHS FV 25i 3n PV	$\frac{64.000}{(1+0,25)^3}$	32.768
4	56.000	G 8 F REG 56.000CHS FV 25i 4n PV	$\frac{56.000}{(1+0,25)}$	22.938
5	48.000	G 8 F REG 48.000CHS FV 25i 5n PV	$\frac{48.000}{(1+0,25)}$	15.729
Total	320.000			181.515

Tabela 14: Cálculo Valor em Uso (Mendes, 2010, p. 42)

Ano = Tempo de vida útil da máquina: 5 anos.

Entrada de Caixa (1) = Faturamento obtido a partir das vendas.

Saída de Caixa (2) = Desembolsos para manutenção da máquina.

Entradas Líquidas de Caixa = Coluna 1 (-) Coluna 2.

Valor Presente das Entradas Líquidas = Taxa de Desconto = 25% (média de mercado)

## 2.5 – REFLEXO DO *IMPAIRMENT* NA APURAÇÃO DE IMPOSTO

As avaliações realizadas sobre os ativos tendem a mostrar a situação do bem, se a vida útil está reduzida ou se pode ser prolongada.

No caso de redução da recuperabilidade do ativo, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado, qual é o impacto desse reflexo em tratando de imposto.

Será demonstrado o reflexo nos três tipos de tributação mais utilizados no Brasil, Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional.

### 2.5.1 – Simples Nacional

O Simples Nacional é um sistema de tributação voltada para pequenas e médias empresas com faturamento anual não superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos milhões de reais).

No entanto, a perda por *impairment* nesse sistema de tributação não influencia fiscalmente a tributação das empresas, pois o cálculo do imposto é realizado sobre o faturamento da organização.

### 2.5.2 – Lucro Presumido

O Lucro Presumido é um sistema de tributação voltada para empresas de pequeno porte em que o faturamento anual não ultrapasse os R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais).

Da mesma forma do sistema Simples Nacional o Lucro Presumido não sofre influência no imposto referente as perdas por *impairment*, pois o cálculo é realizado sobre o faturamento da instituição.

### 2.5.3 - Lucro Real

O Lucro Real é um sistema de tributação voltada para empresas de grande porte com faturamento superior R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). Empresas com faturamento inferiores ao relatado também podem aderir ao sistema de tributação se o mesmo for melhor para o desempenho da empresa.

A tributação nesse sistema é realizado tanto pelo faturamento quanto pelo lucro antes do imposto de renda. No caso da perda por *impairment*, seu lançamento é realizado no resultado, portanto, o lucro antes do imposto renda é prejudicado pelo ajuste.

A IN 949-09, relata como deve ser realizado em caso de ajuste:

*As contrapartidas dos ajustes ao valor recuperável não possuem tratamento dispensado pelo RIR-99 e portanto deverão ser ajustadas na apuração do lucro real como ajustes do R.T.T;*  
*Deverão ser procedido lançamentos de inversão no FCONT das provisões para perdas por desvalorização ou dos ajustes ao valor recuperável;*  
*Da mesma forma, os lançamentos dos encargos de depreciação ou amortização decorrentes do novo prazo de vida útil identificado, devem ser expurgados. (IN 949-09)*

## 2.6 – DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As empresas ao final de cada exercício elaboram suas demonstrações financeiras e divulgam para os *stakeholders* extrair informações sobre o desempenho da organização.

No caso, para as perdas por *impairment* o CPC 01 trata a divulgação como forma de demonstrar a situação do bem imobilizado ou intangível naquele período.

*A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:*

- (a) o valor da perda por desvalorizações reconhecidas no resultado durante o período, e a(s) linha(s) da demonstração do resultado na(s) qual(is) essas perdas por desvalorizações foram incluídas;*
- (b) o valor das reversões de perdas por desvalorizações reconhecidas no resultado do período, e a(s) linha(s) da demonstração do resultado na(s) qual(is) essas reversões foram incluídas;*
- (c) o valor de perdas por desvalorizações em ativos reavaliados reconhecido diretamente no patrimônio líquido durante o período; e*
- (d) o valor das reversões das perdas por desvalorizações em ativos reavaliados reconhecido diretamente no patrimônio líquido durante o período. (Item 121, CPC 01)*

Como informado no CPC 01, na divulgação a empresa deve considerar os valores de perdas e de reversões no período demonstrado, para melhor entendimento dos receptores da informação.

### 3 - METODOLOGIA

Pesquisar significa procurar respostas.

De acordo com Vergara (2003, p.46), “o leitor deve ser informado sobre o tipo de pesquisa que será realizada, sua conceituação e justificativa à luz da investigação específica”.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Vergara(2003) qualifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, esta pesquisa será a explicativa e descritiva.

A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuí de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo: as razões de sucesso de determinado empreendimento. Pressupõe pesquisa descritiva como base para suas explicações. (VERGARA, 2003. p. 47).

A importância de avaliar ou testar os ativos imobilizados e ativos intangíveis faz com que haja uma explicação sobre as alterações no desenvolvimento dos mesmo, tendo que a pesquisa ser explicativa.

Para Cervo (2002, p. 66), “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Vergara (2003, p.47) define que a pesquisa descritiva “é aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Quanto aos meios, esta pesquisa será documental e estudo de caso.

Nos procedimentos técnicos será viável a utilização de documentos necessários para que ocorra uma análise do desenvolvimento da organização, tais como, as demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios administrativos que apresentem informações de seus ativos com base no método *impairment*.

Cervo (2002) relata que na pesquisa documental são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características.

De acordo com Vergara (2003, p.48), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público geral”.

### 3.2 - COLETA DE DADOS

Para o estudo de caso será utilizado material bibliográfico, como apoio para estruturar as informações da empresa para realizar a análise do desempenho da organização.

Será levado em consideração para o estudo os seguintes pontos:

- Vida útil do bem;
- Capacidade de produtividade do bem imobilizado;
- Perda na desvalorização do bem.

### 3.3 - INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para desenvolver os estudos foi necessário ler as notas explicativas e relatórios administrativos para identificar pontos relacionados ao imobilizado e intangível com base do *impairment*.

### 3.4 - ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados será realizada com base no instrumento de pesquisa, pontos levantados na organização em confrontação com o material bibliográfico desenvolvido no trabalho apresentado.

Os relatórios financeiros das empresas MRV Engenharia & Participações S/A, Localiza Rent a Car S/A e Vale S/A com data final em 31/12/2010 servem de base para análise do tema escolhido.

Para atender a problemática do tema a BOVESPA e a CVM foram requisitadas para responder um questionamento do tema ambas por endereço eletrônico.

## 4 - ESTUDO DE CASO

### 4.1 - TESTE DE IMPAIRMENT

As empresas estudadas, MRV Engenharia & Participações S/A, Localiza Rent a Car S/A e Vale S/A realizaram o teste de *impairment* conforme previsto pela legislação vigente a lei 11.638/07.

As mesmas divulgaram em seus relatórios financeiros postados no site da CVM e da Bovespa, uma nota informando que os ativos financeiros não estavam deteriorados ou com indícios de perdas por *impairment* no período divulgado 2010.

O IFRS trouxe ao Brasil novas normas de contabilidade internacionais, as quais demandam de um tempo de aceitação das empresas e para o próprio cumprimento da lei.

Como demonstrado no arcabouço teórico apresentado o *impairment* é um tema bastante importante para o desenvolvimento da empresa. A partir do mesmo é possível avaliar a situação do bem imobilizado ou intangível conforme situação real de geração futura de fluxos de caixa.

### 4.2 - RECEPÇÃO EXTERNA DA INFORMAÇÃO

Como dito anteriormente, o teste de *impairment* no Brasil é recente. Tal exigência para as empresas nacionais teve como base o ano de 2010, que já deveria apresentar tais normas em suas demonstrações.

Para saber como estaria à recepção dessas informações por clientes externos, *stakeholders*, foi enviado um email para a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e para a BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo).

Abaixo segue o email com as respectivas respostas dos órgãos:

#### EMAIL

Estamos passando por uma grande transição na contabilidade por medida nas mudanças conforme o IFRS.

Sou estudante de Pós-Graduação na UFMG, no curso de Gestão em Finanças e estou realizando um trabalho sobre "O Impacto do *Impairment* no Ativo Imobilizado e no Ativo Intangível".

Para isso, tenho como problemática os seguintes pontos:

O teste de *Impairment* no imobilizado revela a real situação dos ativos na organização?

Fiscalmente o teste de *Impairment* no imobilizado é favorável para a organização se tratando de imposto?

A confiança dos clientes externos em relação às informações apresentadas pela empresa com base na ferramenta teste de *Impairment* aumentou?

As duas primeiras, tenho material para chegar à uma conclusão, porém a terceira não encontro estudos ou relatos de agentes financeiros apontando qual a visão dos acionistas perante a utilização desta ferramenta.

Creio que a CVM possa me ajudar com essa informação, desde já agradeço pela atenção.

## **RESPOSTA BOVESPA E CVM**

Ambas responderam que ainda não possuem um estudo técnico para a questão levantada.

Creio que pelo o tema ser recente, e que tenha entrado em vigor a partir de 2010, estamos vivendo a primeira realização sobre o tema exigido pela legislação.

Vimos que o teste do *impairment* demonstra a situação real dos ativos da empresa o que proporciona um planejamento melhor para as suas operações.

Saber se os sócios estão tendo uma aceitabilidade boa, razoável ou ruim demanda de um pouco mais de tempo para que os efeitos dessa ferramenta possam ser avaliados separadamente.

## 5 – CONCLUSÃO

O Trabalho desempenhado proporcionou uma visão mais clara sobre o tema e suas influências na contabilidade.

Foi observado que o teste de *impairment* para a organização é de extrema importância, pois a partir dele a empresa poderá registrar uma possível perda de um bem que não mais atenda a expectativas da empresa em geração de fluxos de caixa futuros.

O estudo foi focado para as contas de ativo imobilizado e ativo intangível para melhor esclarecimento do tema. Podendo ser demonstrado a maneira correta de contabilização e de como efetuar o teste de *impairment*.

No presente trabalho não foi possível identificar qual seria o grau de aceitação dos clientes externos perante tal ferramenta, pelo motivo da mesma ser recente no ambiente nacional. Mas que em próximos trabalhos relacionados ao tema, estudantes, professores podem auferir esse ponto de uma forma mais detalhada de maneira que o mercado já se disponha de informação base.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível no site:  
<[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)>

CERVO, Amado. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Disponível no site:  
<[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)>

LISBOA, Lázaro Plácido; SCHERER, Luciano Márcio. Fair value accounting e suas implicações nas atividades agropecuárias. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXIV, n. 126, p.66-83, nov./dez., 2000.

MENDES, Wagner. Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Impairment) e Ajuste ao Valor Presente (AVP). Editora IOB. São Paulo. 2010.

PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível no site: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>

RESOLUÇÕES EMITIDAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Disponível no site: <[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)>

SANTOS, Arivaldo dos; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDICIBUS, Sérgio de. Manual de Contabilidade Societária. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2010.

SANTOS, José Luiz dos et al. Ativos intangíveis: teste de impairment. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXVII, 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

SCHMIDT, P., SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. Disponível no site:  
<[www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/tabelas-de-codigos.htm](http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/tabelas-de-codigos.htm)>

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**ANEXO**

## CPCP 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos 65 ANEXO

### Utilização de técnicas de valor presente para medir o valor de uso

*O presente anexo é parte integrante do Pronunciamento. Fornece orientação sobre o uso de técnicas de valor presente na avaliação do valor de uso. Apesar da orientação utilizar o termo 'ativo' também se aplica a um grupo de ativos formando uma unidade geradora de caixa.*

### Componentes de uma Avaliação de Valor Presente

- A1. O conjunto dos elementos a seguir deve capturar as diferenças econômicas entre os ativos:
- (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros ou, em casos mais complexos, séries de fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
  - (b) expectativas sobre possíveis variações no valor ou momento desses fluxos de caixa;
  - (c) valor temporal do dinheiro, representado pela taxa de juros livre de riscos atual de mercado;
  - (d) preço para fazer face à incerteza inerente ao ativo; e
  - (e) outros fatores, por vezes não identificáveis, como falta de liquidez, que os participantes do mercado refletem no preço de fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com o ativo.
- A2. Este anexo compara duas abordagens de apuração do valor presente, sendo que ambas, dependendo da situação, podem ser utilizadas para estimar o valor de uso de um ativo. Pela abordagem 'tradicional', os ajustes para os fatores (b) a (e) descritos no item A1 estão embutidos na taxa de desconto. Na abordagem 'fluxo de caixa esperado', os fatores (b), (d) e (e) geram ajustes para se obterem os fluxos de caixa esperados ajustados pelo risco. Seja qual for a abordagem que a entidade adote para refletir expectativas sobre eventuais variações no valor ou momento de fluxos de caixa futuros, o resultado deve ser o reflexo do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros, ou seja, a média ponderada de todos os resultados possíveis.

### Princípios Gerais

- A3. As técnicas usadas para estimar fluxos de caixa futuros e taxas de juros variam de uma situação para outra, dependendo das circunstâncias em torno do ativo em questão. Entretanto, os seguintes princípios gerais regem qualquer aplicação de técnicas de valor presente na avaliação de ativos:
- (a) as taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa devem refletir premissas consistentes com as inerentes aos fluxos de caixa estimados. Caso contrário, o efeito de algumas premissas será contado em duplicidade ou ignorado. Por

exemplo, a taxa de desconto de 12% pode ser aplicada a fluxos de caixa contratuais de um empréstimo a receber. Essa taxa reflete expectativas sobre inadimplência futura em empréstimos com características específicas. A mesma taxa de 12% não deve ser utilizada para descontar fluxos de caixa esperados porque esses fluxos já refletem as premissas sobre inadimplência futura.

- (b) taxa de descontos e fluxos de caixa estimados devem estar livres de distorções e fatores não relacionados ao ativo em questão. Por exemplo, apresentar fluxos de caixa líquidos estimados deliberadamente a menor, para melhorar a aparente rentabilidade futura de um ativo, introduz uma distorção na avaliação.
- (c) fluxos de caixa estimados ou taxas de descontos devem refletir os resultados possíveis em vez de um valor único provável, mínimo ou máximo.

### **Abordagens Tradicional e de Fluxo de Caixa Esperado**

#### **Abordagem Tradicional**

A4.

Tradicionalmente, aplicações contábeis do valor presente usam um conjunto único de fluxos de caixa estimados e uma só taxa de desconto, usualmente descrita como “taxa proporcional ao risco“. De fato, a abordagem tradicional presume que uma taxa de desconto única incorpora todas as expectativas sobre os fluxos de caixa futuros e o prêmio de risco adequado. Portanto, a abordagem tradicional coloca mais ênfase na seleção da taxa de desconto.

A5.

Em alguns casos, como quando existem ativos comparáveis no mercado, a abordagem tradicional é relativamente fácil de aplicar. Para ativos com fluxos de caixa contratuais, é consistente com a forma como os participantes do mercado descrevem ativos, como, por exemplo, “um título de 12%”.

A6.

Entretanto, a abordagem tradicional pode não ser adequada para tratar alguns problemas complexos de avaliação, como no caso de ativos não financeiros sem mercado para o item ou um item comparável. Uma pesquisa adequada da “taxa proporcional ao risco“ exige a análise de pelo menos dois itens – um ativo existente no mercado e com uma taxa de juros conhecida e o ativo a avaliar. A taxa de desconto adequada para os fluxos de caixa a avaliar deve ser inferida de uma taxa de juros observável em outro ativo. Para chegar a essa ilação, as características dos fluxos

de caixa do outro ativo devem ser semelhantes às do ativo a ser avaliado. Portanto, o avaliador deve fazer o seguinte:

- (a) identificar o conjunto de fluxos de caixa que serão descontados;
- (b) identificar outro ativo no mercado que pareça ter características de fluxo de caixa semelhantes;
- (c) comparar os conjuntos de fluxos de caixa dos dois itens para se certificar de que são semelhantes (por exemplo, são ambos fluxos de caixa contratuais ou um é contratual e o outro estimado?);
- (d) verificar se existe um elemento em um item ausente no outro (por exemplo, um tem menos liquidez que o outro?); e
- (e) verificar se ambos os conjuntos de fluxos de caixa irão se comportar (ou seja, variar) de maneira semelhante, em condições econômicas variáveis.

**Abordagem de Fluxo de Caixa Esperado**  
A7.

A abordagem de fluxo de caixa esperado é, em algumas situações, uma ferramenta de avaliação mais eficaz que a abordagem tradicional. Para desenvolver a avaliação, a abordagem de fluxo de caixa esperado utiliza todas expectativas sobre fluxos de caixa possíveis em vez de um único fluxo de caixa mais provável. Por exemplo, o fluxo de caixa pode ser de \$100, \$200 ou \$300 com probabilidades de 10%, 60% e 30%, respectivamente. O fluxo de caixa esperado é de \$220. Portanto, a abordagem de fluxo de caixa esperado difere da abordagem tradicional por focar a análise direta dos fluxos de caixa em questão e em premissas mais explícitas utilizadas na avaliação.

A8.

A abordagem de fluxo de caixa esperado também permite usar técnicas de valor presente quando o momento dos fluxos de caixa é certo. Por exemplo, um fluxo de caixa de \$1.000 pode ser recebido em um, dois ou três anos com probabilidades de 10%, 60% e 30%, respectivamente. O exemplo a seguir mostra a apuração do valor presente esperado nessa situação.

A9.

O valor presente esperado de \$892,36, difere da noção tradicional de melhor estimativa de \$902,73 (probabilidade de 60%). A apuração de valor presente tradicional aplicada ao exemplo exige que se decida qual dos momentos possíveis de fluxo de caixa utilizar e, por conseguinte, não refletiria as probabilidades de momentos

- diferentes. Isso porque a taxa de desconto na apuração de um valor presente tradicional não pode refletir incertezas temporais.
- A10. O uso de probabilidades é um elemento essencial da abordagem de fluxo de caixa esperado. Algumas pessoas questionam se atribuir probabilidades a estimativas altamente subjetivas não sugere mais precisão do que de fato existe. No entanto, a aplicação correta da abordagem tradicional (conforme descrita no item A6), exige as mesmas estimativas e subjetividade sem a mesma transparência de apuração da abordagem de fluxo de caixa esperado.
- A11. Muitas estimativas desenvolvidas na prática atual já incorporam informalmente os elementos de fluxos de caixa esperados. Além disso, os contadores costumam enfrentar a necessidade de avaliar um ativo utilizando informações limitadas sobre as probabilidades de fluxos de caixa possíveis. Por exemplo, um contador pode encontrar as seguintes situações:
- (a) o valor estimado fica entre cerca de \$50 e \$250, mas nenhum valor nessa faixa é mais provável que outro. Utilizando informações limitadas, o fluxo de caixa esperado estimado é de \$150  $[(50 + 250)/2]$ .
- (b) o valor estimado fica entre cerca de \$50 e \$250 e o valor mais provável é de \$100. No entanto, as probabilidades vinculadas a cada valor são desconhecidas. Utilizando informações limitadas, o fluxo de caixa esperado estimado é de \$133.33  $[(50 + 100 + 250)/3]$ .
- (c) o valor estimado será de \$50 (probabilidade de 10%), \$250 (probabilidade de 30%) ou \$100 (probabilidade de 60%). Utilizando informações limitadas, o fluxo de caixa esperado estimado é de \$140  $[(50 \times 0.10) + (250 \times 0.30) + (100 \times 0.60)]$ .

Em cada caso, o fluxo de caixa esperado estimado deve oferecer uma melhor estimativa de valor de uso que o valor mínimo, mais provável, ou máximo, isoladamente.

- A12. A aplicação de uma abordagem de fluxo de caixa esperado está sujeita à apuração do custo/benefício. Em alguns casos, a entidade pode ter acesso a grande quantidade de dados e ser capaz de desenvolver muitos cenários de fluxo de caixa. Noutros, a entidade só pode ser capaz de desenvolver afirmações genéricas sobre a variabilidade dos fluxos de caixa sem incorrer em despesas substanciais. A entidade precisa equilibrar o custo da obtenção das informações com a segurança adicional que essas informações

darão à avaliação.

- A13. Algumas pessoas sustentam que as técnicas de fluxo de caixa esperado são inadequadas para avaliar um item isolado ou um item com uma quantidade limitada de resultados possíveis. Como exemplo, citam um ativo com dois resultados possíveis: uma probabilidade de 90%, do fluxo de caixa ser \$10, e outra, de 10%, do fluxo de caixa ser \$1.000, observando que o fluxo de caixa esperado nesse exemplo é \$109 e criticando que o resultado não representa nenhum dos valores que serão pagos no final.
- A14. Afirmação como a anterior reflete uma contradição subjacente com o objetivo da avaliação. Se o objetivo é a acumulação de gasto a incorrer, os fluxos de caixa esperados não podem gerar uma estimativa que seja representação fiel do gasto esperado. Entretanto, o Pronunciamento refere-se à avaliação do valor recuperável de um ativo. O valor recuperável do ativo, neste exemplo, não é provável que seja \$10, apesar de ser o fluxo de caixa mais provável. Isso acontece porque a avaliação de \$10, não incorpora a incerteza do fluxo de caixa na avaliação do ativo. Pelo contrário, o fluxo de caixa incerto é apresentado como se fosse certo. Nenhuma entidade, racionalmente, venderia um ativo com essas características por \$10.
- Taxa de desconto**
- A15. Seja qual for a abordagem adotada pela entidade para avaliar o valor de uso de um ativo, as taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa não devem refletir riscos pelos quais os fluxos de caixa estimados foram ajustados. Caso contrário, os efeitos de algumas premissas serão contados em duplicidade.
- A16. Quando uma taxa específica de um ativo não está acessível diretamente no mercado, a entidade usa substitutos para estimar a taxa de desconto. A finalidade é estimar, sempre que possível, uma avaliação de mercado:
- (a) do valor temporal do dinheiro para os períodos até ao final da vida útil do ativo; e
  - (b) dos fatores (b), (d) e (e) descritos no item A1, na medida em que tais fatores não tenham provocado ajustes na apuração dos fluxos de caixa estimados.
- A17. Como ponto de partida para realizar essa estimativa, e apenas para iniciar o estudo da taxa de desconto a utilizar, a entidade pode começar a

análise pelas seguintes taxas:

- (a) o custo de capital médio ponderado da entidade, apurado por meio de técnicas como o Modelo de Avaliação de Ativos Financeiros;
  - (b) a taxa de empréstimo incremental da entidade; e
  - (c) outras taxas de empréstimo de mercado.
- A18. No entanto, essas taxas precisam ser ajustadas:
- (a) para refletir (em) a forma como o mercado avaliaria os riscos específicos associados aos fluxos de caixa estimados do ativo; e
  - (b) para excluir riscos que não são relevantes para os fluxos de caixa estimados do ativo ou para os quais os fluxos de caixa estimados tenham sido ajustados.

Deve-se levar em conta riscos como o risco país, o risco da moeda e o risco de preços.

A19. A taxa de desconto é independente da estrutura de capital da entidade e da forma como ela financiou a aquisição do ativo, porque os fluxos de caixa futuros, a serem gerados pelo ativo, não dependem da forma como a entidade financiou essa aquisição.

A20. O item 53 exige que a taxa de desconto utilizada seja a taxa antes de impostos. Portanto, quando a base utilizada para estimar a taxa de desconto é a taxa após impostos, a base é ajustada para refletir a taxa antes de impostos.

A21. Normalmente a entidade utiliza uma única taxa de desconto para estimar o valor de uso de um ativo. Por outro lado, a entidade utiliza taxas de descontos separadas para diferentes períodos futuros em que o valor de uso é sensível à diferença de riscos para diferentes períodos ou para a estrutura de prazo das taxas de juros.